



AGENDA SEMANAL

09 a 13 de junho 2025

Perspectiva semanal

Cenário Político

Brasília inicia a semana com máxima expectativa em todas as frentes. A agenda é dominada pela negociação-limite sobre o IOF entre o governo e o Congresso, por uma pauta de votações extensa na Câmara e por depoimentos cruciais na investigação sobre a tentativa de golpe de Estado no Supremo Tribunal Federal (STF).

O foco principal da articulação política está na proposta que o governo deve apresentar para substituir o aumento do IOF, cujo prazo negociado com o Congresso se encerra nesta terça-feira (10). A solução que será detalhada pelo Ministério da Fazenda é considerada um teste decisivo para a capacidade de negociação do Planalto com os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre.



No Legislativo, a Câmara dos Deputados retoma os trabalhos com uma pauta cheia e diversificada. Estão previstos para votação projetos como a regulamentação de programas de milhagem, a criação de um fundo para calamidades no agronegócio (Fundeagro) e a análise de urgência para propostas de interesse parlamentar, como a que pune gestores pelo atraso na execução de emendas.

Ao mesmo tempo, o STF concentra as atenções com a continuidade do julgamento sobre a responsabilidade das big techs e, principalmente, com o avanço do inquérito sobre a tentativa de golpe. A Corte deve tomar o depoimento de diversos réus ao longo da semana, incluindo o do expresidente Jair Bolsonaro. No rastro das decisões da última semana, a Câmara também aguarda a notificação para iniciar os trâmites da perda de mandato da deputada Carla Zambelli, cuja condenação se tornou definitiva.

Federação

Lideranças do MDB e do Republicanos estão avançando nas negociações para formar uma nova federação partidária, mas decidiram, estrategicamente, adiar a discussão sobre qual candidato apoiarão na eleição presidencial de 2026. A tática, segundo os articuladores, visa facilitar o acordo estrutural entre as siglas neste momento, deixando o debate sucessório para o futuro.

O movimento é uma resposta direta à criação da federação entre União Brasil e PP. Figuras influentes do MDB, como o ministro Renan Filho e o governador Helder Barbalho, defenderam publicamente a aliança durante o Fórum Esfera no fim de semana. Segundo eles, a união é necessária para que os partidos não percam protagonismo e não sejam rebaixados para a "série B da política", formando um bloco com cerca de 100 deputados.



Apesar do avanço, a aliança carrega uma tensão interna: o Republicanos é o partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, potencial candidato de centro-direita, enquanto uma ala do MDB integra a base do governo Lula. O adiamento da decisão sobre 2026 é uma forma de contornar esse conflito por ora, em um cenário de intensa rearticulação no centro político, que também viu a recente fusão entre PSDB e Podemos.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



Pesquisa Genial/Quaest divulgada no início de junho revela que a desaprovação ao governo atingiu o seu pior índice da série histórica, dos entrevistados avaliando negativamente a gestão, contra 40% de aprovação. O dado representa a quinta consecutiva na avaliação negativa desde julho de 2024, quando o índice era de 43%.

ECONOMIA



A produção industrial brasileira mostrou sinais de estagnação em abril, com uma variação positiva de apenas 0,1% em relação a março, segundo dados do IBGE. comparação com abril de 2024, o setor registrou uma pequena queda de 0,3%. Apesar disso, os indicadores ainda acumulados positivos, com 0 apresentando crescimento de 1,4% no ano e de 2,4% em 12

SOCIAL +



Após breve sinal recuperação em abril, a confiança ob consumidor brasileiro interrompeu a melhora e voltou a cair em maio, retornando a um patamar pessimista, de acordo com o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) calculado pelo Instituto Ipsos.

Reforma Administrativa

A pauta da reforma administrativa ganhou novo impulso com o anúncio do presidente da Câmara, Hugo Motta, de que a proposta do grupo de trabalho sobre o tema será apresentada no início de julho. Segundo Motta, o objetivo é construir um projeto em diálogo com o Senado para criar uma "máquina pública mais enxuta, mais eficiente e com menor custo".

A discussão ocorre em um momento em que a equipe econômica do governo sinaliza abertura para debater temas sensíveis, inclusive a flexibilização da estabilidade dos servidores públicos, uma novidade em gestões do PT. O tema da reforma está ligado ao esforço do governo e do Congresso de encontrar caminhos para o equilíbrio fiscal.

Como parte dessas articulações, acontecerá um evento sobre o tema nesta semana. A "Coalizão das Frentes Produtivas" promove um almoço-debate na quarta-feira, 11 de junho, em Brasília. O encontro contará com a participação de convidados especiais como o deputado Pedro Paulo, que é o relator do grupo de trabalho da reforma na Câmara, e o deputado Zé Trovão, autor do requerimento para a criação do mesmo grupo.

Lula na Interpol

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrou sua viagem à Europa, nesta segunda-feira, com uma visita à sede da Interpol em Lyon, na França. No encontro, ele assinou uma declaração de intenções para ampliar a cooperação contra o crime organizado transnacional, dias após a deputada Carla Zambelli ter sido incluída na lista de foragidos da organização.

O acordo com a Interpol, hoje comandada pelo brasileiro Valdecy Urquiza, visa reforçar o combate a crimes como tráfico humano e ambiental e modernizar os órgãos de segurança. Lula foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a sede da instituição.

Antes da visita, o presidente participou da Conferência da ONU sobre os Oceanos, em Nice, onde anunciou o compromisso do Brasil de ampliar suas áreas marinhas protegidas de 26% para 30%. No domingo, em Mônaco, ele já havia cobrado maior investimento das nações ricas na preservação dos oceanos.

A agenda na França também incluiu encontros com o presidente Emmanuel Macron na semana passada, focados no acordo Mercosul-UE e na COP30. Lula retorna a Brasília na noite desta segunda-feira para retomar a articulação das pautas domésticas.



"Decisão tem que ser cumprida"

O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou nesta segunda-feira que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a perda do mandato da deputada Carla Zambelli "tem que ser cumprida" e que o tema não será submetido a uma votação no plenário da Casa.

Segundo Motta, por se tratar de uma condenação definitiva (com trânsito em julgado), e não de um pedido de prisão de um parlamentar no exercício do mandato, não cabe à Câmara deliberar sobre a sentença. "Quando há uma conclusão de julgamento no Supremo Tribunal Federal não cabe mais ao presidente da câmara colocar isso em votação", declarou durante um evento em São Paulo.

A declaração foi dada após o ministro Alexandre de Moraes determinar, no sábado, o cumprimento imediato da pena de Zambelli — que inclui 10 anos de prisão e a perda do mandato — e ordenar a notificação oficial da Câmara. Motta, que classificou o caso como "atípico e sem precedentes", aguarda agora essa comunicação do STF para dar andamento aos trâmites administrativos da cassação.

IOF

Após uma longa reunião no domingo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um acordo com os presidentes da Câmara e do Senado para recuar no aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em troca, para evitar uma derrota política iminente, o governo editará uma Medida Provisória com um novo pacote de medidas para compensar a perda de arrecadação.

As novas fontes de receita incluem o aumento da tributação sobre apostas esportivas (de 12% para 18%), o fim da isenção de Imposto de Renda para novas emissões de títulos como LCIs e LCAs (que passarão a ter uma alíquota de 5%), e mudanças na CSLL de instituições financeiras para equalizar a cobrança entre bancos e fintechs.

Com o acordo, a alta do IOF será reduzida em cerca de 65% em relação ao decreto original, com especial atenção para a operação de "risco sacado". O governo também se comprometeu a enviar um projeto de lei para discutir um corte de 10% em benefícios fiscais, cujo modelo ainda será negociado.

A negociação foi uma saída para o governo, que enfrentava a ameaça do presidente da Câmara, Hugo Motta, de pautar a derrubada do decreto do IOF já nesta terça-feira (10). Medidas de corte estrutural de despesas, no entanto, ficaram para uma segunda fase de negociação com o Congresso.

Senado se prepara para 2026

A eleição para o Senado em 2026, que renovará dois terços da Casa (54 cadeiras), tornou-se o principal campo de batalha na disputa entre os grupos políticos do presidente Lula e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para ambos os lados, o controle do Senado é visto como um objetivo estratégico crucial para o futuro do país.

Para o campo bolsonarista, o objetivo central é obter uma maioria capaz de influenciar a composição e limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). A estratégia visa garantir os 54 votos necessários para ter o poder de abrir processos de impeachment contra ministros da Corte, uma pauta central para a oposição sob o argumento de perseguição judicial.

Em reação, o presidente Lula tem defendido que o campo progressista se una em torno das candidaturas mais competitivas para "proteger as instituições" e impedir que a oposição "avacalhe a Suprema Corte". Essa articulação, no entanto, esbarra na dificuldade histórica do PT em ceder espaços e protagonismo para partidos aliados.

Além da relação com o STF, a disputa é acirrada porque o Senado detém o poder de aprovar indicações para outros tribunais superiores, para o TCU, a Procuradoria-Geral da República e diretorias do Banco Central e de agências reguladoras, conferindo-lhe enorme peso político.

Notícias da Semana



<u>Lula pato manco, a coalizão presidencial e a disputa</u> <u>presidencial em 2026</u>





<u>Líder do PL dispara contra Haddad: 'precisa ser substituído por economista que corte gastos'</u>





A caminho da fusão com o Podemos, PSDB recalibra metas para 2026





<u>De saída do PSDB, último governador tucano é</u> <u>afagado por Kassab: 'Uma das maiores revelações da</u> <u>vida pública'</u>





Alcolumbre alerta Haddad sobre isolamento no governo





"Decisão judicial tem que ser cumprida", diz Hugo sobre Zambelli





Sem matérias de interesse nesta semana

Comissões



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (10) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PL 5510/2023 - Plantão Judiciário

PL 5510/2023 - sen Sérgio Moro (UNIÃO-PR) - Altera a Lei n° 12.850, de 2 agosto de 2013, para estabelecer limites ao plantão judiciário na apreciação de pedidos de habeas corpus ou de revogação de prisão cautelar, bem como de liberação de bens ou valores apreendidos.

Relator: senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

<u>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)</u>

Quarta-feira (11) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PLP 112/2021 - Novo Código Eleitoral

PLP 112/2021 - deputada Soraya Santos (PL-RJ) - Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Relator: senador Marcelo Castro (MDB-PI)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

Plenário



Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (10) - 13h55

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissões



Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (10) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

<u>PL 4618/2024</u> - Autoriza agentes de segurança e guardas municipais, ativos e inativos, a adquirir até seis armas de fogo

PL 4618/2024 - deputado Sargento Portugal (PL-RN) - Altera a redação do artigo 6° da Lei 10.826, de 2003, para autorizar agentes de segurança pública, ativos e inativos, previstos no artigo 144 da Constituição Federal e guardas municipais, a adquirir até seis armas de fogo de uso restrito ou permitido e suas munições.

Relator: deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) <u>Parecer:</u> pela aprovação na forma do substitutivo.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (10) - Após a Deliberativa - Local : Anexo II, Plenário 06

<u>REQ 174/2025 CSPCCO</u> - depuado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP) - Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a atuação do governo brasileiro quanto à não classificação de facções criminosas como organizações terroristas, no âmbito das políticas de segurança pública e das diretrizes da política externa nacional.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Quarta-feira (11) - 10h - Local : Anexo II, Plenário 06

Audiência Pública

Tema: Debater a PEC da Segurança Pública (PEC n° 18/2025)

Convidado: GILMAR MENDES - Ministro do STF

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Quarta-feira (11) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

Audiência Pública

Tema: Debater a PEC da Segurança Pública (PEC n° 18/2025)

Convidado: EDUARDO LEITE - Governador do RS

Comissões



GT da Reforma Administrativa

Terça-feira (10) - 10h30 - Local : Anexo II, Plenário 08

Tema: Reforma Administrativa: Uma visão geral.

Convidados:

JESSIKA MOREIRA - Diretora Executiva do Movimento Pessoas à Frente;

TATIANA RIBEIRO - Diretora Executiva do Movimento Brasil Competitivo - MBC

REGINA ESTEVES - Diretora Presidente do Comunitas;

GUILHERME COELHO - Fundador do Instituto República.





- moreiraegregorio.com.br
- in linkedin.com/moreiraegregorio
- (61) 98126-3938
- moreiraegregorio@gmail.com
- SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01, Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -CEP: 71.615-300

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais. Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.

